



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

VANESSA T. B. CAMPOS ¹, FERNANDA SILVA, DUARTE ARAÚJO ².

1. Professora Dra. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, MG. CEP 38408-100- Av. João Naves de Ávila, 2121-Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG. E-mail: vbcampos@terra.com.br
- 2-Professora da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia. CEP 38304-40- Rua 20, nº 1600 - Bairro Tupã - Ituiutaba - MG. E-mails: fernandaduarte.facip@gmail.com

Recebido em: 28/11/2014 – Aprovado em: 16/01/2015 – Publicado em: 31/01/2015

RESUMO

Desigualdade social e noções de justiça são temas que abrangem diversas áreas da sociedade e estão diretamente ligadas a educação. Entretanto, observamos na atualidade uma carência de estudos empíricos sobre o modo como os professores formadores de cursos de licenciatura compreendem a dimensão da educação e da justiça social no processo formativo dos estudantes. As reflexões sobre educação e justiça social, apresentadas nesse artigo, foram organizadas a partir de uma pesquisa realizada por professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia – MG, com o objetivo de apreender os sentidos e significados das representações sobre Educação e Justiça Social, na perspectiva de convivência, de cidadania, de valores sociais e de ética, nas práticas formativas utilizadas por docentes que atuam em cursos de licenciaturas. Para proceder a discussão e análise das representações utilizamos as contribuições de FREIRE (1980; 1996; 2003), ZEICHNER (2008); EN-GUITA (2007), entre outros. Apoiamo-nos na abordagem teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais (TRS), nas fundamentações de SPINK (2004) para elaboração do procedimento e instrumento da pesquisa. Na definição dos procedimentos e na construção dos instrumentos para a coleta de dados optamos pela técnica de livre associação de palavras (ABRIC, 2001) associada ao uso de imagens. Aplicamos um questionário com o uso da técnica livre associação de palavras que foram instigadas a partir de um conjunto de 13 imagens junto a 100 professores universitários. As palavras evocadas foram analisadas pelo programa EVOC. Para complementar a análise foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Do conjunto das imagens, as mais escolhidas representam a abrangência de inserção do trabalho docente em diferentes contextos: espaços temporais, sociais, econômicos e culturais. Os docentes se reportaram às condições de aprendizagem e permanência na escola, para o enfrentamento da evasão escolar, destacando a necessidade de uma educação política com vistas ao exercício da Educação em Direitos Humanos. Esperamos esclarecer nesse trabalho, aspectos relativos às oportunidades de escolarização das diferentes classes sociais, especialmente o que diz respeito à discussão sobre representações de professores sobre educação e justiça

social, num contexto de expectativa quanto à efetivação do direito à educação formal como direito humano.

PALAVRAS-CHAVE: Representação Social; Educação; Justiça Social; Formação de Professores.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF EDUCATION AND SOCIAL JUSTICE IN DEGREE COURSES OF FEDERAL UNIVERSITY OF UBERLÂNDIA

ABSTRACT

Social inequality and notions of justice are topics covering various areas of society and are directly linked to education. However, we observed is currently a lack of empirical studies on how the trainers teacher licensure courses include the dimension of education and social justice in the formative processo the students. Reflections on education and social justice, presented in this article, were organized from from a survey conducted by teachers and students of the Federal University of Uberlândia - MG, in order to grasp the meanings of representations of Education and Social Justice, in living perspective, citizenship, social values and ethics in the training practices used by teachers working in undergraduate courses. To make the discussion and analysis of the representations we use Freire's contributions (1980; 1996; 2003), Zeichner (2008); Enguita (2007), among others. We rely on the theoretical and methodological approach of the Social Representation Theory (SRT), the foundations of Spink (2004) to prepare the procedure and instrument of research. In defining the procedures and construction of instruments for data collection we chose the technique of free association of words (ABRIC, 2001) associated with the use of images. Applied a questionnaire using the free word association technique that were instigated from a set of 13 images with 100 university professors. The words evoked were analyzed by EVOC program. To complement the analysis semi-structured interviews and focus groups were held. The set of images, the most chosen represent the insertion scope of teaching in different contexts: space timerais, social, economic and cultural. Teachers reported if the conditions of learning and staying in esco it, to face truancy, highlighting the need for political education in order to exercise-of Education in Human Rights. We hope to clarify this work, aspects related to the educational opportunities of different social classes, especially with regard to the discussion of representations of pro-teachers on education and social justice in a context of expectation as to the realization of the right to education is difficult to see how human right.

KEYWORDS: Social representation; Education; Social Justice; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na educação brasileira como resposta às exigências do processo de globalização mundial, do avanço tecnológico e dos impactos da luta dos movimentos sociais por democratizar o acesso a educação básica e a educação superior, trazem consigo a necessidade de novos questionamentos a respeito da formação, do papel e as funções dos professores.

Como resultado das recentes políticas públicas de inclusão social na educação brasileira percebemos o crescimento da população escolar, na qual se configura um novo perfil de escola. Sendo assim, questões de reconhecimento, justiça social, igualdade, diversidade e inclusão são colocadas na agenda social e política, na mídia, na esfera jurídica e, também, na política educacional. Embora tais questões es-

tivessem presentes no desenvolvimento da educação brasileira, nem sempre elas foram reconhecidas pelo poder público como merecedoras de políticas, compreendidas como direito, ao qual se devem respostas públicas e democráticas, no sentido de que a educação passa a ser direito de todos, dever do Estado e da família, conforme preconiza o art.205 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988), destacando o desenvolvimento integral da pessoa, a cidadania, a promoção da igualdade e a qualificação para o trabalho.

Essa “nova” escola se reafirma sobre diferentes realidades socioeconômicas e culturais para atender aos direitos básicos de acesso e inclusão do cidadão brasileiro. Para tanto algumas modificações na estrutura do sistema ocorreram: a ampliação do número de escolas, do número de professores e do tempo de escolaridade dos alunos, além do sistema de ciclos de formação e também o aumento da duração em dias do ano letivo. A massificação, como primeiras consequências dessas mudanças, traz outros problemas e coloca em “cheque” o princípio de justiça, com apelo à equidade. As políticas de inclusão não previram um dado significativo evidenciado pelos índices de reprovação e evasão escolar: o despreparo ou uma formação inadequada dos professores que não corresponde às necessidades e aos anseios sociais, principalmente das escolas públicas. Garantir o acesso e a permanência na escola e ensinar “tudo” à “todos” sem distinção, realizando um trabalho diversificado, geralmente sem embasamento teórico e sem apoio pedagógico para tal, são elementos da realidade e se constituem no atual trabalho do professor. Para ENGUITA (2010, p. 96), o prestígio do professor em relação ao seu público “tem-se deteriorado, não porque a sua formação tenha piorado, apenas porque não melhorou, no seio de um processo de democratização”.

O conhecimento produzido pelos professores em seu fazer pedagógico, até então historicamente negado, era considerado saber menor, contudo se fortalecem no campo da formação docente pesquisas sobre a complexidade da escola, de seus sujeitos e saberes, colocando em evidência o valor desta formação na prática. ZEICHNER (2013) assevera que os professores como sujeitos sociais, têm capacidade de refletir, de construir conceitos e dar qualificações culturais às coisas do mundo e, conseqüentemente, as relações estabelecidas na escola, na comunidade, na sociedade influenciam em suas reflexões, conhecimentos, intenções e intervenções. Consideramos necessário vincular esta reflexão à luta pela equidade e pela justiça social, focando nos aspectos políticos do ensino e também na construção do saber/fazer diário da escola e questionarmos: podem os professores formadores vincular suas reflexões, seus saberes e fazeres à luta pela equidade e pela justiça social no processo de formação de seus alunos? Como se organizam, criam estratégias de mudança na sala de aula e em suas condições e jornadas de trabalho?

Nessa perspectiva, nesse estudo discutimos e analisamos as aproximações e distanciamentos sobre Educação para a Justiça Social na perspectiva de convivência, de cidadania, de valores sociais e de ética, nas práticas formativas utilizadas pelos docentes formadores de professores. As reflexões sobre educação e justiça social, presentes nas representações de professores formadores de cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia, MG, apresentadas nesse artigo, foram organizadas a partir de uma pesquisa, realizada por professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com o Grupo de Estudos “Formação Docente: representações e diversidade”, com o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividades, CIERS, da Fundação Carlos Chagas

e com o apoio do Laboratório Europeu de Psicologia Social da *Maison des Sciences de l'Homme de Paris* e de Serge Moscovici.

As investigações, desenvolvidas pelo grupo, tiveram como eixo as relações entre a formação docente, os saberes e as práticas, buscando compreender nas representações sociais os processos pelos quais os professores da educação básica e do ensino superior se apropriam dos saberes e como a formação inicial e continuada repercute nas ações educativas e na constituição dos saberes docentes. O objetivo geral foi investigar as representações dos professores formadores dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia sobre Educação e Justiça Social. Especificamente a pesquisa objetivou: (i) Investigar os significados das representações sobre Educação e Justiça Social nas práticas formativas utilizadas pelos docentes formadores de professores; (ii) Identificar as representações dos docentes formadores sobre práticas pedagógicas que suscitem nos futuros professores do ensino básico uma preocupação com a justiça social.

Para alcançar os objetivos propostos empreendemos uma investigação de caráter qualitativo, pois esta abordagem nos permitiu uma diversidade de enfoques para compreender o objeto de estudo.

A pesquisa foi desenvolvida com professores de cursos de licenciatura da Universidade de Uberlândia, campi Uberlândia e Ituiutaba, no período de dois anos, especificamente, de dezembro de 2011 a junho de 2014, em duas fases. Na primeira fase, foi desenvolvida uma investigação das representações sociais de professores(as) formadores sobre educação e justiça social. Para coletar dados junto a esses(as) professores(as), aplicamos dois instrumentos: questionário e entrevista. Com o objetivo de aprofundar a análise das representações investigadas, na segunda fase, foi organizado um Grupo Focal, tendo em vista o debate sobre educação, representações e justiça social.

Para proceder a discussão e análise das representações sociais sobre educação e justiça social docentes, apoiamo-nos, especialmente, nas formulações de Freire (1980), ZEICHNER (2008); DINIZ (2008) e ENGUITA (2010). Em relação às representações essa investigação ancorou-se nas elaborações de MOSCOVICI (1978), SPINK (2011), JODELET (2011), ABRIC (2003) dentre outros(as). Cada um dos autores referenciados, de forma individual ou conjunta, influenciou na construção de uma concepção mais sólida sobre a educação e justiça social.

Ao refletirmos sobre os resultados foi possível levantar aspectos que podem contribuir para reformular as *políticas de formação docente*, especialmente sobre a formação nas licenciaturas tais como: incluir, como eixos estruturantes dessa formação, os *saberes pedagógicos* e o *diálogo permanente* com as redes de ensino, a *reflexão sobre as representações de educação para a justiça social* no processo de formação docente; incorporar nas políticas de formação a *atuação junto à diversidade de alunos* matriculados nas escolas. Mudanças dessa natureza podem auxiliar o processo formativo dos futuros professores no sentido da articulação de saberes complexos relacionados ao trabalho docente, do desenvolvimento profissional e do fortalecimento da opção por constituir-se professor.

Representações Sociais e Justiça Social na formação de professores/as

Para discutirmos as representações de educação e justiça social na formação de professores, apoiarmo-nos nas elaborações de MOSCOVICI (1978), SPINK (2011), JODELET (2011), retomando o conceito de representação social e seus elementos constituintes, identificando as forças que contribuem para a permanência e/ou mudanças sobre as representações de educação e justiça social.

A representação social, segundo MOSCOVICI, (1978, p.26), “é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos”. Para qualificar uma representação social não basta lembrar que ela é produzida coletivamente, pois outros sistemas também o são. O autor defende que os sistemas de representações possuem uma lógica e uma linguagem particular, não são “opiniões sobre” ou “imagens de”. São “teorias”, ciências coletivas que cumprem o propósito de interpretação e elaboração do real (MOSCOVICI, 1978, p. 24 – 50).

Segundo SPINK (2011, p. 90), as representações sociais podem ser enfocadas como produto e como processo; o que determina o método e o modo de compreender um dado fenômeno. Enquanto produto, as representações “emergem como pensamento constituído ou campo estruturado. Nessa perspectiva, as representações docentes sobre educação e justiça social devem ser analisadas de acordo com seu modo de produção.

As relações estabelecidas na escola, na sociedade influenciam nas reflexões, conhecimentos, intenções e intervenções dos docentes. Conseqüentemente, consideramos necessário vincular essa reflexão à luta pela equidade e pela justiça social, especialmente focada nos aspectos políticos do ensino, bem como na construção do saber/fazer escolar e consideramos importante a proposta de ZEICHNER (2008) para pensar sobre a possibilidade de novas diretrizes de formação:

A formação de professores para a justiça social objetiva preparar professores a fim de contribuir para uma diminuição das desigualdades existentes entre as crianças das classes baixa, média e alta nos sistemas de escola pública de todo o mundo e das injustiças que existem nas sociedades, fora dos sistemas de ensino: em relação ao acesso à moradia, alimentação, saúde, transporte, ao trabalho digno que pague um salário justo e assim por diante. A incerteza que caracteriza o contexto atual está relacionada ao futuro duvidoso que o planeta tem pela frente se as injustiças persistirem e nós continuarmos a ver grandes distâncias na educação e na renda entre ricos e pobres em toda a sociedade. (ZEICHNER, 2008, p.11)

Esta concepção se constitui em práticas “culturalmente sensíveis”, das quais consideram a diversidade étnica, cultural e social dos alunos; o conhecimento em construção; o professor como agente de mudança social.

MATERIAL E MÉTODOS

Na metodologia foram utilizados diferentes delineamentos de acordo com as questões e objetivos específicos da pesquisa. Considerando que o objetivo da pesquisa foi compreender as representações sociais de docentes sobre educação e justiça social e suas influências no ensino de cursos de licenciatura na Universidade Federal de Uberlândia, entendemos que a abordagem qualitativa, com uso de pesquisa bibliográfica e de campo, seja a que tem elementos analíticos para alcançá-lo. Este tipo de pesquisa possibilita imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social, com peculiaridades de crença, valores, representações e significados específicos a cada indivíduo ou grupo (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 49).

A pesquisa foi organizada em duas etapas. Na primeira foi desenvolvida uma investigação das representações sociais de professores(as) formadores sobre educação e justiça social. Foram sujeitos da pesquisa professores formadores que atuam

nos cursos de Licenciaturas nos Campi da UFU, situados em Uberlândia e Ituiutaba. Uberlândia tem 14 cursos de Licenciatura sendo que quatro deles oferecem a modalidade de Licenciatura desvinculada do Bacharelado e os demais oferecem as modalidades Bacharelado e Licenciatura. Em Ituiutaba, com sete cursos de Licenciatura, apenas a Pedagogia oferece somente Licenciatura. Estabelecemos uma amostra representativa de professores de cada curso, que atuem na área de Educação, bem como na área de conhecimento específico do referido curso.

Para a elaboração dos instrumentos apoiamos-nos na perspectiva teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais (TRS), nas fundamentações de SPINK (1995) e na técnica de livre associação de palavras (ABRIC, 2003).

Para coletar os dados utilizamos três instrumentos: (1) formulário censitário; (2) questionário e entrevista semiestruturada; (3) grupo focal.

No processo de construção dos instrumentos, questionário, entrevista semiestruturada e grupo focal, consideramos como hipótese que os docentes colaboradores poderiam apresentar alguma dificuldade para expressarem verbalmente sua opinião a respeito de educação e justiça social. Optamos então por agregar a técnica de livre associação de palavras, imagens, com o objetivo de auxiliar os professores na comunicação dos significados sobre o objeto investigado. Entretanto, o principal desafio da opção metodológica adotada foi estabelecer relações entre o conceito de imagem e de representações sociais.

As contribuições de MOSCOVICI (1978) revelaram que a utilização da imagem é um elemento significativo na representação social, nos respaldando na apreensão das imagens sobre (in)justiça social como um conjunto de fenômenos multifacetados, organizados em relações interdependentes, envolvendo vários personagens e suas relações com o espaço onde atuam, e os símbolos com os quais convivem.

As representações sociais também são construtoras da criação de significações e tornam possível a expressão simbólica do real, refletida a partir das ideias, dos signos e dos símbolos, capaz de transformar um objeto em imagem. A imagem ou o campo da representação é um fenômeno cognitivo, que ocorre no nível individual e organiza-se a partir da seleção de informações sobre um dado objeto social e “é um elemento significativo da representação social e fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime.” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Durante a produção do instrumento buscamos imagens que retratassem as diferentes (in)justiças e justiças sociais, para fazermos um paralelo entre os conceitos internalizados de cada indivíduo sobre o referido tema. Na elaboração do instrumento encontramos dificuldades, uma vez que, para usar as imagens selecionadas, necessitamos da autorização do autor ou a referência do autor. A principal fonte de coleta de imagens foi a internet e várias imagens selecionadas não puderam ser usadas porque não indicavam a autoria, inviabilizando assim um significativo acervo de imagens. No processo de seleção das imagens procuramos também identificar aquelas que mais se aproximassem dos conceitos de educação e justiça social na escola e para além dela. Escolhemos um conjunto de 13 imagens que julgamos refletir as possíveis representações da temática em estudo. Este instrumento foi aplicado junto a 100 (cem) professores da universidade.

A segunda etapa foi organizada com o objetivo de aprofundar a análise das representações investigadas, foi organizado um Grupo Focal, tendo em vista o debate sobre educação, representações e justiça social. O grupo focal foi constituído por nove professores formadores que atuavam nos cursos de licenciatura e que responderam o questionário e foram entrevistados. A técnica de grupo focal possibilita “emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio

contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar” (GATTI, 2005, p.9).

ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a perspectiva metodológica adotada, buscamos no discurso do universo estudado os significados, valores e representações recorrentes, mas também outras percepções que, sem serem reiterativas são relevantes e significativas para os objetivos desta pesquisa. Para tanto consideramos necessário conhecer o sentido das representações desses indivíduos (pensamentos, reflexões, discursos), das suas práticas sociais, porque as representações são sistemas de significação por meio dos quais os processos culturais não podem ser compreendidos quando dissociados dos signos e dos sentidos a eles atribuídos nas relações concretas que os engendram.

Na análise das palavras e expressões evocadas na questão de associação livre utilizamos o software EVOC, que é um software prestante à análise de vocábulos baseada no conceito de análise de conteúdo, de BARDIN (2010), com o objetivo de identificar quais delas são as mais relevantes na constituição da Representação social.

A partir do corpo de palavras evocadas pelos professores realizamos a correspondência de sinônimos entre eles, considerando que o importante não são as “palavras” em si ou o rastreamento de significados através de outros indícios, mas sim a síntese que esses indícios permitem elaborar a respeito das representações sociais sobre o trabalho docente.

Nas questões abertas quanto as justificativas da escolha da imagem que auxiliaria os docentes a discutirem e refletirem sobre Educação e Justiça Social na Formação de Professores, bem como o conhecimento sobre Justiça Social contemplado na formação do professor, na 1ª fase da pesquisa e os depoimentos obtidos no grupo focal, optamos utilizar a análise de conteúdo fundamentada em BARDIN (2010), MINAYO (1989), FRANCO (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 100 (cem) professores formadores que atuam nos cursos de Licenciaturas nos Campi da UFU, situados em Uberlândia e Ituiutaba. De modo geral, podemos traçar o seguinte perfil de nossos sujeitos: existe um equilíbrio entre professores do sexo feminino e do sexo masculino, a maioria são casados, católicos, de cor branca, ministram de duas a três disciplinas na universidade e possuem formação acadêmica com mestrado e doutorado.

A análise dos dados nos permitiu depreender que a temática, educação e justiça social na formação de professores, por ser recente, é desconhecida para a maioria dos professores.

Os professores que colaboraram com a investigação consideraram que as imagens apresentadas no questionário os auxiliou no processo de reflexão e que elas refletem a realidade e são muito provocativas. Reconheceram haver uma essência muito comum entre elas, que reflete a desigualdade social, o acúmulo de riqueza, a preservação e a educação.

A maioria dos entrevistados, sobretudo das áreas de Biologia, Física, Química e Matemática, afirmou que não tiveram acesso, na formação na graduação e na pós-graduação, discussões sobre educação e justiça social. Um dos professores que colaborou com a pesquisa declarou:

Eu não tive nenhum curso específico para isso, obviamente a gente aprende por conta da vivência pessoal, por conta de educação que tem em casa, convivência, é mais uma questão ética e moral, do que curso especializado para isso, eu não tive, em nenhum momento na minha formação. (Docente do Curso de Ciências Biológicas, UFU).

Nos discursos de alguns professores formadores foi possível perceber que as discussões a respeito da temática, educação e justiça social, ocorriam ora de forma sistematizada na Educação Formal como componente curricular, por meio de projetos de extensão, ora permeando conteúdos disciplinares. Como componente curricular a temática se fez mais presente em cursos voltados para área das Ciências Sociais, como observamos na declaração a seguir:

Fiz Ciências Sociais e comecei a trabalhar com jovens infratores, que precisam de ajuda, passam por alguma necessidade. Trabalhei com crianças em abrigos, tudo na graduação. Depois o mestrado no assentamento de sem terras, a justiça social está bastante ligada com a posse da terra. Atualmente trabalho com povos indígenas, que passam por vários processos de exclusão social e seus direitos humanos. (Docente do Curso de Ciências Sociais, UFU).

Por outro lado, indiretamente as discussões aconteciam, segundo os docentes, permeando os conteúdos curriculares:

Em alguns momentos da formação temos disciplinas que nos colocam em relação com essa questão (...) Os casos de violência que acompanhamos, seja no hospital ou na comunidade nos colocam muito próximos desse cenário. Mesmo que o professor não abordasse, tínhamos que buscar conhecer um pouco mais sobre isso (...). Mas, oficialmente, eu não me recordo. (Docente do Curso de Enfermagem, UFU).

No âmbito dos espaços sociais não formais a militância político-partidária e ambiente familiar foram mais citados pelos professores como locais de vivências da temática Justiça Social:

Isso não foi passado na escola, no ensino superior, em mestrado doutorado. O meu senso de justiça social, de ser sensível aos problemas “alheios”, foi passado pela minha família. Em escola eu me lembro da professora cobrar respeito ao colega, isso é uma maneira de justiça social, respeitar as diferenças, existem as brincadeiras, e acaba cometendo, o que hoje chama de *bullying*, na faculdade não foi trabalhado nada disso (Docente do Curso de Ciências Biológicas, UFU).

Tive acesso a essa discussão com a participação em partidos, fui militante partidário e por isso já tinha inquietação com o que observava. Fiz política, contato com movimentos sociais e então tinha essas interações e contato com todas as temáticas relacionadas com justiça social ou mesmo a falta dela. Isso tudo foi na graduação (Docente do Curso de Ciências Sociais, UFU).

A partir dos dados levantados em sua articulação com elementos teóricos, podemos afirmar que os saberes docentes sobre educação e justiça social são compostos de diferentes dimensões, articuladas e indivisíveis. Entendemos que tais saberes são mediados pelos saberes da experiência. Concebemos aqui a palavra experiência de forma ampla, envolvendo não só a experiência docente, mas de cidadão.

Na diversidade dos contextos onde acontece a formação humana, a instituição universitária foi evocada pelos participantes como um espaço de relações significativas para essa formação, onde ocorre a vivência dessas contradições e conflitos, por compartilhar a ideologia social e por ter seus próprios valores enquanto instituição educacional. Nesse sentido, a profissionalização docente constitui-se como um desafio, na perspectiva de possibilitar que as práticas de ensinar e aprender nas Instituições de Ensino Superior se reorganizem, sobretudo para dar conta de uma nova perspectiva epistemológica, onde as habilidades de intervenção no conhecimento sejam mais valorizadas do que a capacidade de armazená-lo (CUNHA, 1998).

Tal preocupação tem como justificativa o próprio princípio norteador das ações de uma instituição de ensino superior, que não deve visar exclusivamente à formação profissional do professor, assegurando a aprendizagem de fundamentos e metodologias, mas também favorecer o processo geral de socialização de seus estudantes. Dessa forma, estará possibilitando a conscientização de seus acadêmicos sobre a vida que os cerca e, fundamentalmente, assumindo o compromisso de sua formação integral com qualidade e ética.

A compreensão crítica de formação docente, nessa perspectiva, vem apontando para a necessidade de uma ruptura. Para SOUSA SANTOS (1989), se faz urgente a ocorrência de uma dupla ruptura epistemológica, ou seja, a ruptura com o paradigma da ciência moderna, para a emergência de um novo paradigma da ciência pós-moderna; e uma nova ruptura, com a configuração do conhecimento que não dicotomize o senso comum e o conhecimento científico. As duas rupturas afastam-se da racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia presentes na modernidade, visto que propõem a atitude epistemológica, que permite reconfigurar conhecimentos para além das suas regularidades. Para o autor, é preciso ultrapassar a concepção de que o conhecimento, para ser científico precisa desconsiderar o senso comum, visto que o senso comum deverá ser recuperado, reconfigurado, tornado ciência e vice-versa. O salto da perspectiva emergente se dá quando o ciclo - senso comum-conhecimento científico-novo senso comum - acontece.

Levar em conta essa condição epistemológica provoca novas alternativas para pensar o processo ensino-aprendizagem na universidade e propõe um conhecer enraizado na realidade, nos espaços/tempo do cotidiano social, sendo capaz de tratar o real, de dialogar, de negociar com ele incluindo sua complexidade e multidimensionalidade. Para CUNHA (1998), a universidade, muitas vezes pressionada pelas exigências de mudança, convivendo com tensões e contradições, vai gestando novos espaços, onde se pode observar experiências inovadoras, tendo “o professor como elemento fundamental que pode favorecer a mudança, pela sua condição de dar direção à prática pedagógica que desenvolve” (CUNHA, 1998, p.33).

TARDIF (2000) afirma que é preciso atribuir à noção de “saber” um sentido amplo, que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes dos docentes. Para o autor, os saberes profissionais dos professores são: “plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante

diversificados, provenientes de fontes variadas, as quais podemos supor que sejam também de natureza diferente” (TARDIF, 2000, p.213).

É importante encontrar uma nova articulação e um novo equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades e o ensino e os saberes desenvolvidos pelos professores em suas práticas cotidianas. Consideramos ainda que os professores são atores competentes, sujeitos ativos e que sua prática não é apenas “um espaço de aplicação de saberes provenientes da teoria, mas também um espaço de produção de saberes específicos oriundos dessa mesma prática” (TARDIF, 2000, p.234).

CAMPOS (2003, p. 86) considera necessário “[...] oferecer novas concepções e imagens da docência, mas, sobretudo, ressignificar as práticas de formação e de ação do professor”; e refere-se à formação inicial de um outro tipo de profissional da educação, “[...] cuja legitimidade social não repousa mais nos conhecimentos que possui e transmite, mas nas competências que constrói e que o habilita para o convívio com situações cada vez mais complexas e incertas”.

O processo de formação de professores é aspecto essencial do conhecimento social e ponto de referência para estudarmos como as mudanças apontadas pelo ser humano podem contribuir para a compreensão da estabilidade e da consistência da descrição do objeto estudado.

É fato que as representações sociais comportam dimensões históricas, sociais e culturais, que se manifestam também a partir de ações vivenciadas no cotidiano escolar. Assim, é fundamental entender as representações sociais que se ancoram em “modelos de formação inicial para professores” representativos das políticas educacionais na sociedade, hoje, “não como uma organização hipotética que obedece a um modelo empirista e mecanicista das informações [...], mas como uma interação dos dados da experiência e o quadro social de sua apreensão, da sua memorização”, como explica JODELET (2011, p. 48).

Urge que se invista na formação de professores criticamente comprometidos para compreender e valorizar a diversidade cultural dos seus alunos e suficientemente competente para pautar sua ação pedagógica a partir deste universo cultural. É necessário ter clareza, conforme aponta SACRISTAN (1995, p.82), de que a cultura escolar não poderá, em seus conteúdos e práticas, levar em consideração e fazer com que os membros de uma minoria cultural se sintam acolhidos, se toda a cultura popular não trata adequadamente a questão da diversidade em geral.

CONCLUSÕES

Acreditamos que a educação deve ser concebida como conhecimento e como prática da formação humana, identificada como formação ética, uma formação em valores. Como formação ética, vai além das disciplinas, implicando o desenvolvimento da moralidade. A educação para prover a justiça social se realiza por meio do acesso ao conhecimento e, na prática, por meio de experiências relacionais, na instituição escolar, entre professor, aluno e instituição, bem como na relação desses personagens com o contexto social mais amplo em que os valores morais são transmitidos. Nessa perspectiva, a presença da temática educação e justiça social na formação docente inicial e continuada demanda repensar a instituição educacional em seu conjunto, promover trocas e gerar um processo de autocritica e autoanálise. Não é um caminho fácil de ser percorrido. É um processo em construção. Sem dúvida, este caminho se constrói, em grande parte, através da decisão política de professores dispostos a assumirem a docência com compromisso e determinação,

elaborando os saberes próprios de sua ação docente, como profissionais e seres humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às agências de fomento, CNPQ e FAPEMIG, pelas contribuições para a elaboração da pesquisa e desse artigo.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, p. 27-38. 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K.M. (Orgs.) **Justiça social: desafio para formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 01 jul. 2013.

CAMPOS, RF. Do professor reflexivo ao professor competente: os caminhos da reforma no Brasil. In: MORAES, Maria Célia; PACHECO, José Augusto; EVANGELISTA, Maria Olinda (Orgs.). **Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares**. Porto, Portugal: Porto Ed., 2003.

CUNHA M. I. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM, 1998.

ENQUITA, M. F. **Educação e Transformação Social**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2010.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise do conteúdo**. Brasília, Liber Livro, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2011, p. 17-44.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SACRISTAN, J. G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T. da; MOREIRA, A.F.B.(orgs.). **Territórios Contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SPINK, M.J.P. **O conhecimento no cotidiano**: As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, p. 19-45.2011.

SOUZA SANTOS, B. de. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZEICHNER, K. M. **Formando professores reflexivos para uma educação centrada no aluno**: possibilidades e contradições. In: BARBOSA, R. L. L. **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2013.

ZEICHNER, K. M. Formação de professores para a justiça social em tempos de incerteza e desigualdades crescentes. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K.M. (Orgs.) **Justiça social**: desafio para formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

Parecer de aprovação no Comitê de Ética: Nº 300511
Número de protocolo: 07250113.3.0000.5152